

## Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença

Marta Gouveia de Oliveira Rovai\*

*Não é bastante ter ouvidos para se ouvir o que é dito.  
É preciso também que haja silêncio dentro da alma.*

Alberto Caeiro

### A necessidade ética de aprender a ouvir

Em seu livro *É isto um homem?* (1998), Primo Levi procurou falar sobre a aspereza da vida cotidiana dos prisioneiros no campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>1</sup> Ele próprio um sobrevivente, apontou para um problema pouco considerado, por vezes, quando se fala de grandes tragédias: o período posterior ao evento, em que as lembranças permanecem silenciadas ou a possibilidade de as pessoas serem ouvidas desaparece, é ignorada. Levi falou de seu sonho recorrente, semelhante aos de outros prisioneiros, em que procurava revelar aos amigos e parentes as atrocidades sofridas. Para seu desencanto e desespero, a mesma imagem se repetia em todos eles: cada um dos conhecidos virava-se de costas e se retirava sem lhe dar ouvidos. Condenado ao silêncio, o narrador chamava

---

\* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), professora da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP) e do Núcleo de Pesquisa Cidade, Cultura e Identidade, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

1 Ao longo de sua narrativa, Primo Levi expõe o intenso processo de degeneração e desumanização vivido nos campos de concentração – tanto pelos prisioneiros quanto por seus algozes.

a atenção para a violência mais silenciosa: aquela de não encontrar quem estivesse disposto a ouvir.

A indiferença cruel e assustadora da qual falou Levi é cada vez mais estimulada por uma sociedade marcada pela razão tecnicista e, como diria Zygmunt Bauman (2005), por relações fluidas e fragilizadas. A temporalidade capitalista produziu um mundo de especialistas falantes, que muitas vezes têm pouco a acrescentar além de receitas padronizadas de como se atingir o “sucesso”. A dor é algo abominável, embora esteja presente no cotidiano; a tristeza torna-se incômoda quando o que se vende constantemente é certa ideia de felicidade imediatista.

O temor de não ser compreendido, de não conseguir traduzir a intensidade do vivido, a percepção de ter as palavras submetidas à dúvida num mundo em que a memória e a experiência caem em descrédito: essas são, muitas vezes, as sensações de quem sofreu ou assistiu os mais diferentes tipos de catástrofes, sem espaço para falar. Vítimas de violência como a vivida pelos sobreviventes da *Shoah*, de genocídios étnicos ou de regimes autoritários – além de tantos outros mais cotidianos e inumeráveis – encontram, muitas vezes, a incompreensão e a surdez coletiva, ouvem certo discurso de que o passado está morto e de que não há necessidade em tocar em “águas passadas”.

Isso pode ser explicado em parte pela conduta social do desprezo pelo passado histórico, num mundo em que o “novo” já nasce condenado a ser velho e ultrapassado rapidamente. O filósofo espanhol Josep Maria Esquirol (2008) afirmou que vivemos num “mundo de indiferentes”, pois, submersos na corrente de informações e de hiperconsumo, perdemos a capacidade de prestarmos atenção, de “olharmos duas vezes”, ou seja, de nos encantarmos com a possibilidade de vermos, ouvirmos e compreendermos aquilo que nos parece estranho e indecifrável, ou que nos incomoda. Não temos tempo para o olhar cuidadoso e o ouvido atento, somos incapazes de admiração ou espanto diante das experiências e do conhecimento.

Lembrou Esquirol que atenção e respeito são sinônimos. Prestar atenção não significa somente intensificar a nossa percepção e a nossa capacidade de conhecer, mas realizar uma vigília do nosso sentido moral e ético. O respeito – termo derivado do verbo latino *respicere* (olhar atrás, tornar a olhar) – só se realiza na descoberta da distância justa com relação às coisas e aos eventos para melhor entendê-los.

A indiferença não é produto da falta de informação, e sim do excesso de cenas e histórias que banalizam as barbaridades e inserem-nas em certa

normalidade, cotidianamente aceita. A disposição de admirar-se diante do outro é confundida com “perda de tempo”, quando deveria ser o contrário: prestar atenção deveria traduzir-se em “passar o tempo” necessário para que as coisas e os projetos amadureçam, para que as experiências sejam compreendidas; enfim, oferecer-se ao “outro” para ganhar mais vida.

A relação da maior parte da sociedade brasileira com seu passado histórico também passa por essa apatia e aceitação da violência. Trazer à tona fatos ocorridos durante a ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1984, passou a ser entendido por alguns setores como remexer em algo pertencente a outro tempo, sobre o que não valeria a pena debruçar-se. A memória construída oficialmente sobre o período colaborou para esse distanciamento por parte das novas gerações em relação ao passado traumático brasileiro: “O passado passou...”.

A experiência perdeu sua dimensão utilitária, pois vivemos num mundo em que as ideias de morte e de sofrimento são tão banalizadas pelos meios de comunicação e pelo senso comum que a possibilidade de elaborá-los, prestar atenção e pensar sobre eles para chorá-los tem se perdido. Sem a visão da vítima, sua existência é traduzida “em números”, com rapidez, destruindo-se a possibilidade de compreensão e de indignação diante das atrocidades vividas no passado e o presente.

Mary Marshall Clark (2009), em seu trabalho com vídeos-testemunhos, apontou a indiferença como um recurso de que nós, humanos, nos utilizamos para nos defender da sobrecarga de dor, violência e destruição cotidiana, bem como de nossos traumas coletivos.<sup>2</sup> A apatia, para ela, não pode ser explicada pela falta de dados sobre a realidade circundante, e sim pelo excesso banalizador que impede a reflexão. A velocidade com que somos atingidos por tantas informações substitui a memória, criando confiança no imediato e legitimando as mídias no lugar da elaboração do conhecimento e dos valores éticos.

Nesse sentido, ela chama a atenção para a necessidade de construirmos mecanismos de escuta que contribuam para impedir aquilo que Primo Levi temia e que tantas vítimas de atrocidades ainda enfrentam, ou seja, que as pessoas virem as costas, indiferentes à dor subjetiva e ao mesmo tempo histórica e coletiva:

---

2 Clark trabalhou com história oral, entrevistando sobreviventes do nazismo, sob o ponto de vista da medicina e dos efeitos subjetivos e coletivos do trauma.

À medida que a memória de uma atrocidade se esvai e é substituída por outra, o que podemos fazer para evitar que o tecido cicatrizado do trauma bloqueie a delicada transferência da memória traumatizada para outras gerações e culturas? O que podemos fazer para devolver à memória sua missão maior, que é respeitar a fragilidade das histórias individuais e ainda assim encontrar modos de conectá-las a compreensões coletivas do sofrimento? (Clark, 2009, p. 151).

Há tantas comunidades de narradores... O que nos falta é a comunidade de conhecimento, disposta a ouvir e entender a importância e a presença do narrador, a compartilhar sua história, a prestar atenção. Nesse sentido, o oralista ganha importância como mediador, podendo colaborar eticamente na ampliação do debate em torno das feridas não curadas e do silenciamento, provocados pela sistemática opressão política e social – é a defesa do direito “à memória e à verdade”, contra o que Paul Ricoeur (2007) chamou de “dever do esquecimento”.<sup>3</sup>

## O papel ético da história oral no trato do trauma histórico e coletivo

Durante o regime autoritário brasileiro, a construção da figura do inimigo subversivo, a prisão, a tortura, o “desaparecimento”, a destituição dos direitos e a negação desses crimes pelo Estado promoveram o apagamento de fatos e pessoas. A negativa por parte de alguns setores das forças militares ainda hoje em abrir os registros de violações, juntamente com a disputa pelo vocabulário político – militantes *versus* terroristas, justiça *versus* anistia –, colaboram para desinteresse de diversas camadas da população, ao mesmo tempo em que produzem um clima de descrédito e desconfiança em relação aos testemunhos de violência.

Palavras de ordem criadas pelos algozes e reverberadas pelos defensores da ditadura militar são usadas ainda hoje para evitar a possibilidade de falar das barbaridades praticadas, identificando seus autores, significados e

---

3 Ricoeur afirmou que os processos de anistia decretados por alguns Estados, no período de redemocratização, buscaram promover a “mágica do esquecimento”, negando às vítimas os direitos de expor suas dores, de escolher se deveriam perdoar seus algozes e de buscar a reparação.

consequências no presente. Marcados como subversivos e antipatriotas, aniquilados em sua integridade física e mental, os opositores foram suprimidos em existência e em palavras.

Na luta pela validação de outras memórias contra os estereótipos criados, e, principalmente, para falar dos traumas sofridos, o testemunho dos que resistiram à opressão e foram silenciados vai abrindo espaço contra as indiferenças, por caminhos que vão da política (como a Comissão da Verdade, criada pela presidente Dilma Rousseff em 2012), à mídia e às pesquisas, que se expandem nas academias – seja como denúncia, responsabilização e/ou reparação. Nesse sentido, muitos trabalhos com história oral têm contribuído para ampliar as vozes divergentes, as fissuras na memória e a discussão em torno da cidadania e da justiça, e esse aspecto dá ao oralista um papel que extrapola o universo acadêmico.<sup>4</sup>

A responsabilidade do pesquisador com os cuidados da entrevista – própria dos projetos com história oral de vida, temática ou de tradição oral – aumenta ainda mais quando se trata de narradores marcados pelas violações do regime autoritário. Seja qual for a temática da pesquisa, nossa presença diante dos entrevistados, com os aparatos tecnológicos para realizá-la, interfere no seu tempo e no seu espaço, colaborando para que a sua memória seleccione e construa o próprio relato. Invadimos sua privacidade, tomamos seu tempo, especulamos sobre sua experiência.

No caso daqueles que sofreram com um processo trágico – como o da repressão militar –, tocamos em suas feridas com nossos projetos e perguntas. Desejamos publicizar suas lembranças, muitas vezes, para obtermos títulos, disponibilizarmos a pesquisa ou darmos um retorno acadêmico à universidade. A história oral testemunhal, no entanto, pede mais intensamente, do que o trabalho com fontes escritas, que o tratamento dado pelo pesquisador seja ético, atento às consequências das narrativas e das conclusões sobre elas, que muitas vezes o próprio narrador desconhece no momento em que aceita nos contar sobre suas dores. José Carlos Sebe Bom Meihy (2010) chamou a atenção para o fato de estarmos colaborando para trazer a público sofrimentos mais íntimos, mais subterrâneos – que passam por momentos de angústia e de não dizer. Por isso, nomeou essa abordagem como história oral testemunhal, e apontou suas particularidades:

---

4 Dentre tantos outros, cabe ressaltar as obras que constam no site *Memórias Reveladas*, disponíveis em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=17&sid=4>>.

É exatamente o desenrolar de processos como deslocamentos, exílios, catástrofes, que implicou a formulação deste novo gênero, ou seja, da busca de fundamentos desse novo campo, o da história oral testemunhal. [...] é preciso olhar situações ou grupos em que o colaborador envolvido participou de forma traumática, como vítima, de alguma circunstância marcante. Não se fala apenas de casos políticos, pois há grupos que sofreram com terremotos, enchentes, pestes, enfim, situações que produziram traumas específicos. Mudanças do comportamento mnemônico em face de tragédias são importantes para a requalificação da identidade e, mais do que isso do estabelecimento de políticas públicas. (Meihy, 2010).

A prática da história oral testemunhal mantém olhos, ouvidos e espírito atentos ao relato do trauma, entendido aqui como ferida aberta na alma e no corpo por acontecimentos muitas vezes indizíveis, que encontram dificuldade para serem elaborados na forma de palavra. Sem nossa vontade de ouvir, não existe possibilidade do testemunho enquanto narrativa. Portanto, a prática da história oral se apresenta como uma das possibilidades de avaliar a experiência perturbadora que provocou o imobilismo psíquico e histórico frente à violência sofrida nos anos do regime militar.

Diante disso, a narrativa seria uma das formas de romper com a “outridade”, ou seja, de atravessar a ponte da indiferença entre os ouvintes e a “morte em vida” a que muitos foram condenados por não poderem falar. Para Márcio Seligmann-Silva, “narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer” (2008, p. 66). O trauma histórico conservaria em aberto a configuração simbólica da agressão sofrida ao mesmo tempo em que clamaria por sua superação pelo testemunho entendido como *superstes* – “aquele que viu e subsiste além de”, aquele que “se mantém no fato” – e como *tersti* – “terceiro”, aquele que ouve (2005, p. 80).

A resistência em encarar o passado doloroso da ditadura só poderia aumentar as feridas, impedindo o exercício de translaborar nossa memória social.<sup>5</sup> Nesse sentido, o oralista é colocado diante da responsabilidade ética de também tornar-se testemunha das tragédias de seu tempo. Como

---

5 O termo freudiano *perlaborar* ou *translaborar* foi empregado por Paul Ricouer como a forma pela qual o paciente encara e se fixa no trauma para enfrentá-lo e chegar à reconciliação, não entendida como submissão, mas como superação.

estudioso e denunciante das atrocidades do passado deve ter em vista não negligenciar aquelas do seu tempo, não permitindo que elas se repitam.

Comprometer-se a ouvir as atrocidades sofridas implica não desviar o olhar, os ouvidos e a alma, abrindo espaço para a subjetividade na pesquisa e na reflexão acadêmica. É olhar em espelho: ter cumplicidade com a escuta e posicionar-se diante da omissão e da continuidade de violações em outros tempos. É também entender que o trauma de uma pessoa é o trauma de uma cultura.

Quando Walter Benjamin (1987) afirmou que a narrativa tinha perdido sua força e seu espaço, propôs como resposta à indiferença a escovação da história a contrapelo, fazendo renascer as esperanças do passado e o direito à memória. Como pesquisadores de “fontes vivas”, machucadas e muitas vezes silenciadas, também nos tornamos e acabamos por criar testemunhas – no sentido de destinatárias de uma mensagem, transmissoras da experiência de outro –, não permitindo o esquecimento. Como no ofício do recolhedor de cacos, que Benjamin identificava com o do historiador, esse trabalho nos permite salvar rastros do passado, constantemente atualizados e significados pela lembrança.

A história oral permite a reflexão sobre os episódios traumáticos nas ditaduras – para a qual convergem a política, a utilidade e o senso de justiça –, permitindo o trabalho de perlaboração da memória fraturada e traumatizada. Segundo Seligmann-Silva, a narrativa torna-se o vértice entre a história e a memória, os fatos e os sentidos, o simbólico e o “real”, o passado e o presente. Cada relato procura dar contexto e nexos aos fragmentos do passado, aglutinando pessoas em torno de eventos e significados, produzindo a memória coletiva e a identidade de luta contra o silenciamento histórico.

## O “boom da memória” e o cuidado ético com o testemunho

No contexto de criação das comissões da verdade e valorização dos testemunhos, Beatriz Sarlo viu emergir um problema para a ciência histórica: o “boom” da guinada subjetiva, como chamou, comprometeria o acesso de forma mais distanciada e objetiva aos acontecimentos dos regimes militares.

Esses sujeitos marginais, que teriam sido relativamente ignorados em outros modos de narração do passado, demandam novas exigências de método e tendem à escuta sistemática dos ‘discursos da memória’: diários, cartas, conselhos, orações. (Sarlo, 2007, p. 17).

Para essa autora, a redemocratização, a partir dos anos 1980, teria promovido uma tendência acadêmica a reconstituir a textura da vida e a verdade abrigando-as na primeira pessoa, na experiência – reivindicando assim a confiança no imediatismo da voz. Esse campo conflituoso da memória seria válido para manter o “nunca mais” com relação ao passado: “nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido” (2007, p. 20). No entanto, ainda que o testemunho tenha força jurídica e moral, ele não produziria em si mesmo as provas pelas quais é possível confirmar a verdade histórica. Essa argumentação colocaria em perigo a postura ética do pesquisador, enquanto se deixa envolver emocionalmente com as narrativas e perde o limite entre a finalidade científica e a finalidade moral de seu trabalho.

De forma diferente, Alessandro Portelli (1997) já havia afirmado que “a história oral é uma ciência e arte do indivíduo”, ou seja, faz parte de um processo em que o narrador merece receber tratamento diferenciado do pesquisador, buscando-se nele não mais um mero informante, depositário de informações que devam ser checadas, mas alguém que, pela memória, atribui significados à sua existência:

O reconhecimento da existência de múltiplas narrativas nos protege da crença farisaica e totalitária de que a ‘ciência’ nos transforma em depositários de verdades únicas e incontestáveis. [...] a utópica busca da verdade protege-nos da premissa irresponsável de que todas as verdades são equivalentes e intercambiáveis e, em última análise, irrelevantes. O fato de possíveis verdades serem ilimitadas não significa que todas são verdadeiras no mesmo sentido, nem que inexistem manipulações, inexatidões e erros. (Portelli, 1997, p. 25).

Cerca de uma década depois, escrevendo sobre o contexto intelectual e político da Argentina, Sarlo criticou a confiança ingênua dos historiadores e da sociedade na oralidade; no envolvimento em primeira pessoa dos narradores com os fatos que contam; na fetichização dos relatos, encarados

como superiores a qualquer outro documento. Os historiadores orais, por sua vez, sempre questionaram a ingenuidade positivista quanto ao documento escrito. Qualquer trabalho de pesquisa exige a mediação e a utilização de uma fonte que, seja oral ou escrita, jamais traduziria o acontecido tal qual: sempre recolheria cacós, vestígios e ecos de um fato que já estaria perdido para a história. Sobre isso, já afirmava Alessandro Portelli:

Jamais chegaremos realmente a descobri-lo, também estamos cientes, a esta altura, de que muito aconteceu na mente das pessoas, em termos de sentimentos, emoções, crenças, interpretações – e, por esse motivo, até mesmo erros, invenções e mentiras constituem à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade. (Portelli, 1997, p. 25).

De toda forma, o testemunho trata da memória e, portanto, sempre traz em si a condição especial de ser singular, contínuo e vivo. O que parece ser um problema para a história, segundo Sarlo, por tratar da subjetividade, foi pensado por Portelli como desafio ético e como uma maneira diferente de se entender a verdade: não há como separar o narrador do protagonista da história de vida – que, ao contar, pretende se fazer exemplo, e entende como verdadeiro seu discurso atravessado de significados pessoais e também coletivos.

Para Paul Ricoeur (2007), aquele que testemunha eventos traumáticos quer ser reconhecido e acreditado, pois sua coragem para enfrentar a dor e falar seria o sinal de sua confiabilidade; seu relato revelaria a crença na força da palavra enquanto compromisso com a própria história. A defesa da justiça e da moral por meio da narrativa torna o ato de mentir um perjúrio diante do tribunal da história, deslealdade com a comunidade afetiva e de destino, e com aqueles que partilham o dizer, que, mais do que individual, é coletivo.

O imperativo de contar faz-se presente em cada história de vida, fundamentado na imposição moral de “busca da verdade”, principalmente no momento atual em que tantos discursos sobre o regime autoritário estão se confrontando. A memória não lida com o tempo homogêneo e vazio, mas preenchido pelo agora, pelo compromisso de reorganizar o tempo de dentro contra aquele de fora, de recuperar a temporalidade da lembrança roubada.

Assim, o oralista deve ter o cuidado e a sensibilidade para perceber a memória como passível de erros, distorções, reticências e projeções; como uma fonte histórica que diz sobre significados, cujas “provas” são os sentimentos e a subjetividade que deles emergem. Os narradores estão comprometidos,

dessa forma, com o sentido pessoal e político de seus relatos, na produção de um conhecimento que pretende ser verdadeiro. Não transmitem apenas informações: constituem-se como sujeitos, construindo também realidades e inscrevendo-se na história. A verdade é também uma questão ética para quem conta.

Com relação à experiência da ditadura militar no Brasil, a narrativa testemunhal permite um novo olhar sobre nosso passado histórico, reconhecendo e assumindo nossa responsabilidade coletiva sobre as práticas violentas que aconteceram e que se perpetuam devido ao desconhecimento ou à indiferença com relação a elas. Respeitar as experiências traumáticas e ouvi-las pode permitir também o possível trabalho terapêutico coletivo para que se possa restaurar o princípio da justiça e da transformação histórica. Isso significa ir além da constatação de provas objetivas sobre a ditadura militar – é encarar a disputa entre silêncios e memórias das quais falou Elizabeth Jelin:

Las borraduras y olvidos pueden también ser producto de una voluntad o política de olvido y silencio por parte de actores que elaboran estrategias para ocultar y destruir pruebas y rastros, impidiendo así recuperaciones de memorias en el futuro – recordemos la célebre frase de Himmler en el juicio de Nuremberg, cuando declaró que la ‘solución final’ fue una ‘página gloriosa de nuestra historia, que no ha sido jamás escrita, y que jamás lo será’. En casos así, hay un acto político voluntario de destrucción de pruebas y huellas, con el fin de promover olvidos selectivos a partir de la eliminación de pruebas documentales. Sin embargo, los recuerdos y memorias de protagonistas y testigos no pueden ser manipulados de la misma manera (excepto a través de su exterminio físico). (Jelin, 2001, p. 11).

O trabalho com testemunhos de atrocidades, como as que aconteceram no período de exceção, torna-se compromisso de quem não viveu diretamente a experiência da tortura e do autoritarismo, mas é submetido cotidianamente a possibilidades diversas de violência e se sente implicado nas feridas traumáticas abertas. Aqui se inclui o oralista, no confronto com certo tipo de esquecimento, na mediação entre passado e presente, defendendo a ética em face à ação devastadora do autoritarismo e da condição atual de indiferença.

## As narrativas sobre torturas e a ética da escuta

Nem sempre os trabalhos de história oral testemunhal que tratam das vítimas das barbaridades cometidas pela ditadura militar conseguem abordar a condição da tortura, contar sobre esse acontecimento.<sup>6</sup> Contar sobre esse momento não se revela tarefa fácil ou desejada pelos narradores.<sup>7</sup> Breves menções ao fato, muitas vezes em frases curtas, no entanto, podem dar certa dimensão dos efeitos do cárcere em suas vidas. As narrativas – mesmo quando entrecortadas de silêncios, lacunas e contradições – permitem conhecer a diversidade de ações violentas sofridas. A dor física e psicológica, o medo e ressentimento se fazem presentes nas experiências de pessoas perseguidas pela ditadura civil-militar, independentemente de terem pegado em armas ou não.

As longas conversas com essas pessoas são suficientes para perceber que não é possível compreender com clareza os vários significados da tortura, seja do ponto de vista físico ou do psicológico. O diálogo estabelecido é apenas uma tentativa de entendimento, que nunca poderá ser atingido plenamente. Sem fazer nenhuma pergunta sobre o processo de violência ao qual os presos políticos foram submetidos, é preciso deixar fluírem seus testemunhos para que eles possam escolher o momento de falar ou silenciar. Cabe ao oralista apanhar o que aparentemente fica sem significação, sem importância para a “grande história”, muitas vezes por demais racionalista: o medo e o sofrimento vividos em sua forma mais íntima, ao mesmo tempo revelando a dor coletiva de uma comunidade. Falar sobre a experiência indizível da tortura é um grande desafio para as narradoras e os narradores, enquanto que para o pesquisador exige atenção, respeito e sensibilidade.

Nesses momentos, o pesquisador precisa entender que, mais do que tirar informações e fazer perguntas, é importante – e ético – silenciar e atentar para lacunas e reticências. Diante da monstruosidade dos fatos narrados – não só de forma verbal, mas nos gestos, nas expressões faciais – é necessário

---

6 Entre os anos de 2005 e 2012, entrevistei homens e mulheres envolvidos em uma greve na cidade de Osasco, no ano de 1968, muitos deles presos e torturados. A pesquisa deu origem à minha tese de doutorado, intitulada *Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino*, defendida em 2012 na Universidade de São Paulo. Testemunhar sobre a violência sofrida foi o momento mais doloroso e repleto de silêncios dos narradores.

7 Sobre isso sugiro a leitura dos livros que se encontram no site *Memórias Reveladas*, além das obras de Costa (1980), Ferreira (1996), Colling (1997), Carvalho (1998), Joffily (2005), Ribeiro (2011) e Rovai (2012), dentre tantos trabalhos importantes.

manter o que deveria ser o primeiro princípio de todo oralista: o respeito pela dignidade da pessoa que se expõe, confiando em quem a entrevista.

Sem pedir a nenhum dos entrevistados que faça desse sofrimento uma temática em suas histórias, o pesquisador deve entender a gravidade daqueles momentos, às vezes por demais silenciosos, desconcertantes, em que tudo significa em seu vazio. Essa condição tão humana cria no oralista uma relação de cumplicidade – de gratidão, mesmo – pela oportunidade de imergir e emergir juntamente com o narrador, apenas por um momento, mas profundamente, compartilhando sua experiência de desmoronamento. Philippe Denis (2008) lembra a necessidade de delicadeza nesses momentos, de uma postura ética do pesquisador diante de instantes constrangedores:

Pesquisadores inexperientes temem o momento em que o entrevistado começa a chorar. Mas a escuta atenta, a partilha das emoções, a sensibilidade no questionamento, a adoção de uma gestualidade afirmativa e a condução imaginativa da empatia ajudam o entrevistador a conter emoções perturbadoras e criar condições para a cura.

A regra de ouro nas entrevistas que tomam um rumo inesperado – seja por resultar em fortes sentimentos de tristeza e dor, seja por causar constrangimento e vergonha – é dar ao entrevistado a opção de parar. O consentimento dado por ele antes da sessão não garante todo e qualquer direito ao entrevistador. Praticantes de história oral devem verificar a cada etapa do processo da entrevista se as testemunhas mantêm sua completa anuência. (Denis, 2008, p. 59).

Além de respeitar o silêncio e as lágrimas, é necessário estar atento aos inúmeros sinais que demonstram a permanência do trauma por meio das frases pronunciadas: a mistura de tempos verbais, a confusão entre primeira e terceira pessoa, o distanciamento narrativo do evento com o uso de generalizações (“você”, “eles”). Os algozes, muitas vezes, sem nome ou apresentação, são apontados com indefinição por aqueles que sofreram – “eles fizeram”, “eles prenderam”, “eles levaram” –, diluídos na terceira pessoa do plural – marca do trauma, mas também do desprezo e da desumanização do algoz, degeneração lembrada por Primo Levi. Como sombras, os torturadores são, muitas vezes, lembrados para serem esquecidos.

Essa linguagem em códigos não tão claros pode indicar os limites da abordagem do entrevistador, o momento de parar, de não insistir em uma

desnecessária continuação de perguntas. É preciso ser sensível para saber que chegou a hora de deixar de interferir no território profundo da memória traumatizada. Assim também quando os autores da tortura não são designados ou identificados com clareza pelos narradores: não cabe insistir – ou buscar a legitimidade histórica das narrativas. Mesmo quando o narrador se confunde e as informações são trocadas, mesmo que se possa confrontá-las com as que se encontram em outros documentos, é preciso que os relatos sejam entendidos enquanto construção de sentidos.

Para exemplificar o que quero dizer, cito aqui o caso de uma de minhas entrevistadas, que, ao indicar o possível nome de um preso que havia tentado o suicídio na cadeia, parecia apresentar uma informação incorreta, trocando histórias de personagens diferentes. Num caso como esse, mais do que exibir o seu erro e desmerecer sua memória, foi preciso sensibilidade para perceber o que aquela colocação significava para além da verbalização e da criação de um documento histórico. A tentativa de suicídio de alguém numa cela do DOPS seria mais do que um fato particular e isolado: denunciaria a possibilidade desse desfecho traumático para inúmeras outras pessoas. O nome correto das pessoas, nesses casos, importa menos do que a dolorosa experiência vivenciada por muitos daqueles que foram submetidos à tortura. Não tem sentido, nesse aspecto, a preocupação com a veracidade objetiva do relato, mas sim o seu significado para quem narra: o caráter de denúncia da violência sobre uma coletividade – e isso sem perder o valor histórico da narrativa.

O processo dilacerante gerado pela extrema dor física ou psicológica – ou “a demolição humana” – promoveu a destruição de relações e convicções, desorganizando a relação do sujeito consigo mesmo. Esses testemunhos mostram como o trauma coletivo pode gerar o “esvaziamento narcisista”, usurpando a identidade e a história dos sujeitos. Narrar pode ser um dos momentos de recomposição subjetiva e enfrentamento histórico dessa quase desestruturação.

A catástrofe vivenciada, nesses casos, é muito grande para ser narrada sozinha. Promover o testemunho, pela história oral, torna-se processo de compartilhamento não apenas de histórias, mas de sofrimentos, medos e também de superações. Por isso, existem esses momentos em que o oralista precisa entrar no “buraco negro”, na ausência de palavras, de tradução, para compreender e respeitar os silêncios. Os relatos apresentam muitas vezes fronteiras, limites para as coisas que não têm expressão no vocabulário ordinário, metáforas para aliviar a dor. Equívoco, repetição e incompletude não são meros acidentes de narrativa, e sim revelações do clima de nervosismo, confusão e emoção.

Para Seligmann-Silva (2009), reticências, erros e silêncios representariam a dificuldade em traduzir os “nós de memória”, momentos encapsulados cujo testemunho teria a função de tentar reuni-los dando a eles nexos e contexto, numa tarefa de tentativa e desistência. Na narrativa testemunhal, a interdição, a desinência, a perda da voz, o apagamento da memória, tudo isso diz algo sobre esses momentos encapsulados. É a “verdade da alma”, que deve ser reconhecida pelo pesquisador, que precisa se revelar pela narrativa, para que o trauma individual e histórico seja enfrentado. Elizabeth Jelin falou sobre essa necessidade de encarar a presença do ausente, do imerso:

Como veremos, es la imposibilidad de dar sentido al acontecimiento pasado, la imposibilidad de incorporarlo narrativamente, coexistiendo con su presencia persistente y su manifestación en síntomas, lo que indica la presencia de lo traumático. En este nivel, el olvido no es ausencia o vacío. Es la presencia de esa ausencia, la representación de algo que estaba y ya no está, borrada, silenciada o negada. (Jelin, 2001, p. 10).

Momentos como esses colocam o entrevistador diante do dilema ético: até que ponto é preciso perguntar ao narrador sobre sua dor? Enquanto ouve essas expressões únicas e tímidas, marcadas por lágrimas ou gaguejos, deve perceber que o limite está no respeito ao silêncio. Não se trata de dar voz ao narrador, mas oferecer-lhe ouvidos e olhos atentos, uma vez que nem tudo pode ser descrito ou nomeado explicitamente. A força das expressões substituiu a necessidade de contar o evento. O silêncio da narrativa não é a falta, e sim o excesso de linguagem para dizer o que se quer significar. Eni Orlandi afirmou que o não dizer, na verdade, “escorre por entre a trama das falas” (2007 p. 34), denuncia a emoção, o que não pode ser mensurado, registrado. O ato de calar, as reticências durante as narrativas, não significa estar mudo. Diante do silêncio profundo, é preciso ainda dizer ou perguntar?

Segundo o Abade Joseph Antoine T. Dinouart (2001), é possível a eloquência muda – do corpo e do rosto –, capaz de dizer pelo gesto, pelos olhos, quase em segredo, algo que as palavras não conseguem atingir. Nesses momentos, o oralista deve estar presente plenamente para atingir a intensidade da relação, pois se “a voz atinge os ouvidos, o silêncio arrebatou a alma”<sup>8</sup>

---

8 Friedhelm Boll (2000), ao entrevistar sobreviventes de campos de concentração, trata do fardo de ter que falar sobre o trauma e do direito dos entrevistados ao silêncio – que nós, como pesquisadores e cidadãos, devemos respeitar.

Trabalhar com testemunhos de dor é responder de forma ética ao mundo de dramas pessoais e históricos. O ato de ouvir e a tentativa de interpretar podem ajudar a clarear as injustiças e as responsabilidades de cada um em processos tão traumáticos como o regime autoritário foi para os entrevistados.

É difícil ficar inerte ou apático diante desse tipo de relato, mesmo quando as informações sobre a violência física não foram explícitas. Mary Marshall Clark (2009) afirmou que vivemos uma sobrecarga de informações e nem por isso nos tornamos mais sensíveis diante das atrocidades. Não é só o fato de saber sobre os acontecimentos que nos torna menos indiferentes: o que nos atinge, de fato, é a possibilidade de participar do relato de alguém, em toda a plenitude de emoções; é ter o tempo para refletirmos sobre a dimensão daquilo que não pode ser contado explicitamente. O trabalho com história oral nos permite “embarcar” numa história repleta de vida e emoção e recuperar a capacidade empática de sentir a dor dos outros:

A História Oral tem suas raízes no ato criativo do discurso, motivada pela esperança de que experiências individuais possam ser transformadas em narrativas históricas e culturais inspiradoras de ação. A história individual, a história de vida, modela a narrativa da História Oral, mas, ao passo que essa história emerge das fraturas da História, ela inevitavelmente trata do sofrimento em sua dimensão coletiva. (Clark, 2009, p. 153).

Um dos aspectos centrais da tortura é que ela constitui uma experiência extrema que produz sempre marcas e transforma radicalmente o destino do torturado e a vida das pessoas que presenciaram essa dor – uma ferida concernente à humanidade inteira. Como porta-vozes daqueles que não suportaram o horror da violência e morreram, muitos narradores transformam números em nomes repletos de vida.

Para a história oral, falar dos mortos ultrapassa os nomes e os números. As palavras usadas nos testemunhos apresentam a dinâmica criativa por trás da morte fria. As pessoas lembradas são trazidas à vida, simbolicamente, por inúmeros motivos, e não apenas por seu heroísmo político.

Dar o testemunho, nesse caso, não é apenas falar de si mesmo, mas reconhecer o peso das perdas humanas, colocar-se diante da tragédia coletiva, por meio da lembrança de tantos entes queridos, dialogar com o mundo sobre a brutalidade que atingiu a vida criativa de uma geração e que continuou a se

refletir sobre as novas pela inércia diante do sofrimento alheio. A recordação sobre as ausências presentes gera o mal-estar incômodo, mas necessário.

Falar sobre aquelas pessoas que morreram poderia ser a tentativa de revivê-las na memória por aquilo que foram e fizeram, trazer-lhes dignidade, nome, trajetória de vida. O privilégio de ter sobrevivido cria a necessidade de homenageá-las pela lembrança. Segundo Primo Levi, os vivos não podem representar os ausentes, pois o assassinato transforma em incompletude o testemunho dos sobreviventes. Não é possível aos entrevistados repor as perdas humanas, ressuscitar os mortos que são queridos e admirados, ou apagar os traumas.

É possível, no entanto, pela memória, restituir-lhes a dignidade. Os testemunhos, em nome de quem nada mais pode dizer a seu favor, não fornecem simplesmente informações sobre a violência e o estabelecimento dos fatos. As histórias contadas sobre qualquer violência sofrida durante a ditadura militar importam pela própria experiência de sobreviver ao caos, de ter vivido para contar uma história em comum, uma dor em comum. Os narradores procuram sair desse quase abismo e, quando podem, recompor-se como grupo, constituindo sua identidade. Em nome desse passado que não passa, e daqueles que ficaram para trás na história, a memória pretende restituir-lhes a vida, como exemplo, lição ou saudade.

## Considerações finais

A responsabilidade de levar a vida adiante e conviver com o fato de terem sobrevivido, experimentado o privilégio do retorno e da emersão da dor tornou-se dívida dos narradores em relação ao presente. As causas diferenciadas pelas quais lutaram e morreram permaneceram, de certa forma, e falar da experiência impensável ou até mesmo incompreensível da tortura ou da morte não tem o sentido apenas de aliviar a dor: representa carregar um saber – que a própria história muitas vezes desconhece –, buscando o reconhecimento para que as experiências traumáticas não caiam no esquecimento e na repetição. É o que Jeanne Marie Gagnebin chamou de impossibilidade de “simplesmente deixar para trás” (Gagnebin, 2006, p. 50).

Esquecer esses crimes gigantescos seria cometer novo crime contra a humanidade, assassinar os mortos uma segunda vez.<sup>9</sup> Deve-se, então, denun-

---

9 Segundo ditado judaico, não cabe a quem não morreu perdoar os assassinos, pois os mortos não podem ser representados nesse sentido.

ciar os crimes cometidos contra o direito de existir. Por isso, diz Ricoeur, contar é manter-se fiel ao inenarrável, manter viva a memória dos sem nome, dos mortos que não puderam ser enterrados ou que não puderam contar sobre suas dores e sonhos.

As histórias selecionadas pelos entrevistados são a defesa do lembrar ativo que leva em conta a fidelidade às vítimas de qualquer tipo de violência, inclusive aquelas que não conheceram. É denúncia de experiências múltiplas, suas e de outros, que fazem parte de uma história que não deve ser esquecida. Prova de respeito aos vivos, porque lembra sempre ao presente a possibilidade de acontecimentos semelhantes.

Como afirmou Portelli (1997), mais do que analisar vídeos, objetos e registros escritos e disponibilizá-los em museus e arquivos, mais do que ter acesso ao conhecimento que pertence aos próprios entrevistados, o pesquisador pode exercer um papel muito além do acadêmico por meio da história oral. Pode restituir à comunidade de narradores a oportunidade de refletirem sobre sua experiência com maior clareza e à sociedade a chance de conhecer e enfrentar seu passado histórico traumático, para só assim escolher aquilo que deseja lembrar ou esquecer. Para si mesmo, o oralista vivencia a experiência de aprendizado sensível da escuta, o trabalho diferenciado com a memória repleta de significados.

A responsabilidade ética do trabalho de história oral testemunhal é a devolução da dignidade não só ao narrador, mas a todos os envolvidos no processo voltado à memória coletiva, à autoestima e à identidade, rompendo com a indiferença que assusta.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, 1).

BOLL, Friedhelm. O fardo de falar sobre a perseguição nazista na Alemanha. In: FERREIRA, M.; ALBERTI, V.; FERNANDES, T. M. *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 135-142.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

CLARK, Mary Marshall. Vídeo-testemunhos sobre o holocausto, história oral e medicina narrativa: a luta contra a indiferença. *Oralidades: Revista de História Oral*, São Paulo, n. 6, p. 150-166, jan./jun. 2009.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Ventos, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira. *Memórias de mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DENIS, Philippe. A ética em história oral na África do Sul. *Oralidades: Revista de História Oral*, São Paulo, n. 3, p. 47-63, jan./jun. 2008.

DINOUART, Abade Joseph Antoine T. *A arte de calar*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ESQUIROL, Josep Maria. *O respeito ou o olhar atento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid; Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

\_\_\_\_\_. Mulheres e os direitos humanos. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1994.

JOFFILY, Olivia Rangel. *Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. 167 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP, São Paulo, SP, 2005.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: entrevista [concedida a Marta G. O. Rovai e Eduardo M. A. Maranhão Filho]. *História Agora: Revista de História do Tempo Presente*, n. 9, ago. 2010.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio*. Campinas: Unicamp, 2007.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 13-33, 1997.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN*. 417 p. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, SP, 2011.

RICOEUR, Paul. *Memória, história e esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. *O perdão pode curar?* [s.d.] Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/paul\\_ricoeur\\_o\\_perdao\\_pode\\_curar.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino*. 590 p. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, SP, 2012.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

\_\_\_\_\_. *Testemunho da Shoah e literatura*. In: JORNADA INTERDISCIPLINAR SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA DO HOLOCAUSTO, 10, 2009, São Paulo. Disponível em: <<http://texsituras.files.wordpress.com/2010/03/testemunho-da-shoah-e-literatura-seligmann-silva.pdf>>. Acesso em: 1º ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, São Paulo, nº 30, p. 71-98, 2005.

**Resumo:** Palavras de ordem criadas por regimes autoritários e reverberadas por seus defensores foram usadas para evitar a possibilidade de se falar das barbaridades praticadas, de identificar seus autores, significados e consequências. Marcados como subversivos e antipatriotas, aniquilados em sua integridade física e mental, os opositores foram suprimidos em existência e em palavras. Na luta pela validação de memórias múltiplas contra os estereótipos criados e, principalmente, para falar dos traumas sofridos, a história oral constituiu-se em caminho para a denúncia, para a responsabilização e para a reparação. Diante disso, este artigo pretende refletir sobre como o pesquisador deve se portar durante a escuta de histórias traumáticas. Quais são os limites éticos de uma entrevista com vítimas de violência? Como o trabalho de história oral pode ultrapassar a fronteira da universidade e contribuir para romper a indiferença social diante da dor?

**Palavras-chave:** história oral, indiferença, trauma, ética.

**Learning to listen: oral history testimony against indifference**

**Abstract:** Slogans created by authoritarian regimes and reverberated by its defenders were used to avoid the possibility of speaking of the atrocities committed and identifying its perpetrators, meanings and consequences. Labeled as subversive and unpatriotic, annihilated in their physical and mental integrity, opponents were removed in existence and in words. In the struggle for validation of multiple memories against stereotypes created, and mainly to talk about the trauma suffered, oral history becomes a path for denouncement, accountability and

redress. Thus, this article aims to reflect on how the researcher should behave while listening to traumatic stories. What are the ethical limits of an interview with victims of violence? How can oral history overcome the boundaries of the university and contribute to break the social indifference in face of pain?

**Keywords:** oral history, indifference, trauma, ethics.

Recebido em 30/08/2013

Aprovado em 11/11/2013